

Ata nº 11
Reunião Ordinária

Efetuada em **19 de maio de 2022**

da

Sessão Iniciada em **28 de abril de 2022**

Deputados que não podem votar

- > SOFIA ALEXANDRA OLIVEIRA RAMOS
- > AURORA MARINA PAULA FERREIRA TEIXEIRA
- > ARMÉNIO JOSÉ PEREIRA DA COSTA
- > BRUNO MIGUEL MONTEIRO VIEIRA DE OLIVEIRA
- > JOAQUIM CÉSAR RAMOS RODRIGUES
- > MANUEL PAULO DE JESUS LOPES
- > MARIA DE FÁTIMA ALVES E MENEZES DE FIGUEIREDO
- > ABEL FILIPE DIAS GONÇALVES
- > JÚLIA DORINDA LIMA SAMPAIO
- > PEDRO ANDRÉ SILVA DANTAS
- > LUÍSA MARIA PORTO FERREIRA DA SILVA
- > PAULA ALBERTINA OLIVEIRA FERREIRA BAPTISTA
- > PEDRO JORGE RIBEIRO DE CASTRO TEIXEIRA

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2022

ATA NÚMERO ONZE

10 Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, teve lugar a 2ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em vinte e oito de abril de 2022, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária em exercício, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e o 2º Secretário em exercício, Rui Pedro Fernandes Teixeira. -----

15

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Teixeira, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Eira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Luís Miguel Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, André Araújo Ferreira, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro. -----

20
25
30
35 Faltaram os seguintes deputados municipais: José Manuel de Almeida Couto, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Carla Cáceres; Ana Luísa Ferreira, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Bruno Miguel Oliveira; Arménio José Pereira da Costa, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, José Lopes de Sousa; Joaquim César Ramos Rodrigues que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Gil Camarinha Costa; Manuel Paulo de Jesus Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Mário Vicente Reis, Maria de Fátima Figueiredo que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, João Pedro Martins; Luísa Maria Porto Ferreira da Silva que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Beatriz Lima Vieira; Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Beatriz Castro Pinto e Pedro Jorge

5 Ribeiro de Castro Teixeira, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível Ilda Maria Assunção. -----

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes os Senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

10 Estiveram ausentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo os senhores Vereadores: Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia e José Joaquim Cancela Moura. -----

Ponto 1 - Público. -----

15

Senhor Manuel Cruz (Freguesia de Canelas) na sua intervenção teceu alguns comentários relativamente à Sessão de 28 de abril último em que foi apresentada uma Moção pelo Grupo Municipal da CDU, quanto aos combustíveis e a qual julgava que fosse aprovada por unanimidade, tal não aconteceu, conforme documento em anexo (Vide anexos nº1) -----

20 **Senhora Laura Sofia Costa (Freguesia de Canidelo)** fez referência a um pedido de alteração de regime circulatório ao qual ainda não obteve resposta. -----

Senhor José Moura (Freguesia de Canidelo) no uso da palavra fez referência ao saneamento, falta de iluminação, entre outros assuntos na Rua da Bélgica em Canidelo. -----

25 **Senhor António Lima (Freguesia de Canidelo)** disse que o assunto que o traz hoje a esta Reunião são problemas de salubridade, entulhos, mobiliários e desvio de águas na zona da Rua da Bélgica. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues começou por responder às 2 primeiras intervenções dos munícipes, tendo deixado os devidos esclarecimentos às questões colocadas. -----

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas. -----

30

Senhor Presidente da Assembleia disse que conforme articulado em Conferência de Líderes, se passará à votação das Atas. -----



5 O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 04 de 21 de dezembro de 2021. -----

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Alexandra Amaro, Bruno Oliveira, José Lopes de Sousa, Gil Camarinha Costa, João Pedro Martins, Mário Vicente Reis, Mónica Alexandra Almeida, Luís Miguel Nogueira, Beatriz Lima Vieira, Beatriz Castro Pinto e Ilda Maria Assunção. -----

10

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 05 de 13 de janeiro de 2022. -----

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Alexandra Amaro, Bruno Oliveira, José Lopes de Sousa, Gil Camarinha Costa, Mário Vicente Reis, Natália Gonçalves, Luís Miguel Nogueira, Beatriz Lima Vieira, Beatriz Castro Pinto, Ilda Maria Assunção e Rui Leite de Castro. -----

15

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 06 de 03 de fevereiro de 2022. -----

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Bruno Oliveira, José Lopes de Sousa, Eduardo Barroco de Melo, Gil Camarinha Costa, João Pedro Martins, Mário Vicente Reis, Carla Cáceres, Ivone Sá Santos, Paulo Martins, Beatriz Lima Vieira, Beatriz Castro Pinto, Ilda Maria Assunção e Rui Leite de Castro. -----

20

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 07 de 17 de fevereiro de 2022. -----

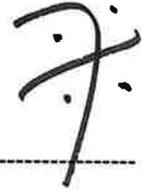
Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Agostinho Santos, José Lopes de Sousa, Carlos José Pinto Vergueiro, Gil Camarinha Costa, Mário Vicente Reis, Carla Cáceres, Mónica Alexandra Almeida, Beatriz Lima Vieira, Beatriz Castro Pinto, Ilda Maria Assunção e Rui Leite de Castro. -----

25

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 08 de 28 de março de 2022. -----

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Amaro, Bruno Oliveira, José Lopes de Sousa, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, João Pedro Martins, Serafim da Silva Teixeira, Beatriz Lima Vieira, André Araújo Ferreira e Ilda Maria Assunção. -----

30



5 O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 09 de 07 de abril de 20221.-----

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: José Lopes de Sousa, Carlos Gonçalves Pinto, Carlos Ribeiro, Cipriano Fonseca de Castro, Filipe da Silva Lopes, Joaquim António Dias Tavares, Gil Camarinha da Costa, João Pedro Martins, Manuel dos Santos Azevedo, Mário Vicente Reis, Maria José Gamboa, Mónica Alexandra Almeida, Tiago Filipe Braga, Ivone Sá Santos, Beatriz Lima Vieira e Ilda Maria Assunção.-----

Ponto 3. Período de “Antes da Ordem do Dia”.-----

15 Senhor Deputado Paulo Martins (PS), apresentou um **Voto de Louvor**, ao “Basket Club de Gaia / BCR – Campeão Nacional 2021/2022”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2).-----

Senhor Deputada João Martins (BE), apresentou um **Voto de Pesar** pela “pela morte de Shireen Abu Akleh”, conforme documento em anexo (Vide anexos nº3).-----

20 O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, “Basket Club de Gaia / BCR – Campeão Nacional 2021/2022”.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “pela morte de Shireen Abu Akleh”.-----

25 **Votação: Aprovado por Maioria, com 44 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN), 01 votos contra do CH e 03 abstenções (02 da CDS e 01 do IL).** -----

30 Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), Fez referência ao voto contra do CH relativamente à morte de Shireen Abu Akleh, não compreendendo tal postura, pois, uma morte é sempre de lamentar. -----

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH), referiu não ter votado contra a morte de Shireen Abu Akleh, mas sim contra de conclusão do voto “pelas Forças Israelitas” pois ainda não há conclusões quanto à sua morte. -----

5 **4.3. da Ordem de Trabalhos “Eleição dos 2 (dois) Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - CMGIFR”.** -----

10 Foi presente 01 Lista, denominada A, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4), tendo obtido 38 votos a favor, 02 votos contra e 08 votos brancos. Foram, pois, eleitos os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Canelas, Arménio José Pereira da Costa e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Grijó e Sermonde, Joaquim César Ramos Rodrigues. -----

15 **4.4. da Ordem de Trabalhos “Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil - CMCP”.** -----

Foi presente 01 Lista, denominada A, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4), tendo obtido 38 votos a favor, 01 votos contra e 09 votos brancos. Foi, pois, eleito o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, Filipe da Silva Lopes. -----

20 **4.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Aprovação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (versão atualizada)”.** -----

25 Senhora Deputado Ilda Assunção (PAN) deixa algumas considerações que considera importantes quanto ao sentido de voto do PAN relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos conforme documentos em anexo (Vide anexos nº5). -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.5. -----

30 Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE, 01 do CH e 01 do IL) e 01 voto contra do PAN. -----

5 **4.6. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Pedido de Segunda Prorrogação do Prazo por 28 dias da Reabilitação Energética do Empreendimento D. Armindo Lopes Coelho – Lote 2 (Blocos 6 a 11)”. -----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.6.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **4.7. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Constituição do Direito de Superfície, Gratuita, a favor do Município, pelo Prazo de 50 anos, Renovável, por vontade das partes, por iguais períodos, do Prédio Urbano composto por terreno destinado a construção, com a área de 1.265,31 m2, sito na Avenida João Paulo II, Arcozelo, Propriedade da Junta de Freguesia de Arcozelo, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o número 6175, inscrito na matriz sob o artigo U 6346, com o valor atribuído de € 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil euros) e o valor atribuído ao Direito de Superfície, constituído por 50 anos de € 126.400,00 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos euros), para nele ser construído um Auditório”. -----

20 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.7.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 **4.8. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Constituição do Direito de Superfície, Gratuita, a favor do Município, pelo Prazo de 50 anos, renovável, por vontade das partes, por iguais períodos, dos seguintes Prédios Urbanos Propriedade da Junta de Freguesia de Arcozelo:

•Prédio Urbano – composto por terreno destinado a construção, com a área de 4.590,58 m2, sito na Rua Bairro Maria Adelaide, Arcozelo, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 6600, inscrito na matriz sob os artigos U 6828 e U 6829, com o valor atribuído de € 291.043,00 (duzentos e noventa e um mil e quarenta e três euros) e o valor atribuído ao Direito de Superfície, constituído por 50 anos de € 232.834,00 (duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro euros), para nele ser implantado a Sede da Junta de Freguesia de Arcozelo.



- 5 •Prédio Urbano – composto por terreno destinado a construção, com a área de 2.867,00 m², sito na Rua
Bairro Maria Adelaide, Arcozelo, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de
Gaia sob o número 6610, inscrito na matriz sob o artigo U 6863, com o valor atribuído de € 181.767,00
(cento e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e sete euros) e o valor atribuído ao Direito de Superfície,
constituído por 50 anos de € 145.414,00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e catorze euros), para
10 nele ser construído o Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR)”

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
Ponto 4.8.

Votação: Aprovado por Unanimidade.

15

4.9. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Desafetação
do Domínio Público para o Domínio Privado do Município das seguintes parcelas de terreno:

- Parcela A – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 17,94 m², a confrontar do Norte com o Lote 25 do
alvará 2/89, do Sul com a parcela C, do nascente com a parcela B e do poente com a Rua Nova do Fontão;
- 20 •Parcela B - sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 8,55 m², a confrontar do Norte com o Lote 24 do
alvará 2/89, do Sul e nascente com a parcela C, e do poente com a parcela A;
- Parcela C - sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 53,39 m², a confrontar do Norte com o Lote 23 do
alvará 2/89 e parcelas A e B, do Sul com Lote 41 do nascente com a parcela D, e do poente com a Rua Nova
do Fontão;
- 25 •Parcela D – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 221,84 m², a confrontar do Norte com os Lotes 20,
21, 22 e 23 do alvará 2/89, do Sul com o Lote 35 e parcela H, do nascente com o Lote 35 e parcela E, e do
poente com a parcela C e os Lotes 38, 39 e 40 do alvará 2/89;
- Parcela E – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 23,86 m², a confrontar do Norte com os Lotes 19
e 20 do alvará 2/89, do Sul com o Lote 34, do nascente com a parcela F, e do poente com a parcela D;
- 30 •Parcela F – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 47,14 m², a confrontar do Norte com os Lotes 18
e 19 do alvará 2/89, do Sul com o Lote 33, do nascente com a parcela G, e do poente com a parcela E;
- Parcela G – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 29,13 m², a confrontar do Norte com o Lote 18 do
alvará 2/89, do Sul com o Lote 32, do nascente com terreno particular e do poente com a parcela F;
- Parcela H – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 10,50 m², a confrontar do Norte com a parcela D,
35 do Sul com a parcela I, do nascente com o Lote 35 e do poente com o Lote 37 do alvará 2/89;



- 5 •Parcela I – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 14,88 m2, a confrontar do Norte com a parcela H, do Sul com a Travessa Nova do Fontão, do nascente com o Lote 35 do alvará 2/89 e do poente com o Lote 36 do alvará 2/89;

10 As referidas parcelas de terreno são a desanexar da área cedida ao Domínio Público no âmbito do alvará 2/89 de 4 de janeiro com destino a caminho de peões e são parte do descrito na 1ª C.R.P. sob o nº358 da freguesia de Canidelo, sendo omissas à matriz predial por pertencerem ao Domínio Público e destinam-se a acerto de extremas”-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.9.-----

15 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

4.10. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município das Parcelas de terreno a seguir identificadas:

20 •Parcela A, sita no ângulo da Avenida Gago Coutinho e Rua das Moutadas, Freguesia de Gulpilhares, com a área de 85,00 m2;

•Parcela C, sita na Rua das Moutadas, Freguesia de Gulpilhares, com a área de 15,00 m2”.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.10.-----

25 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

4.11. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Cedência a Título Definitivo e Gracioso, ao “PRORURIS – PARQUE BIOLÓGICO DE VINHAIS”, quatro exemplares da Espécie Perdiz Charrela – PERDIX PERDIX”. -----

30

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.11.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

5 **4.12. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Procedimento Concursal para Constituição de Reservas de Recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a Termo Resolutivo Certo/Incerto, a tempo integral ou parcial, de Técnicos especialmente habilitados no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Atividades Sócio Culturais e Atividades Técnicas e Especializadas para o ano letivo 2022/2023”.** -----

10

Senhor Deputado André Ferreira (CDU) deixou algumas considerações que considera importantes relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos e de acordo com a posição do Grupo Municipal da CDU quanto a esta matéria conforme documentos em anexo (Vide anexos nº6). -----

15 Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Marina Mendes teceu os devidos esclarecimentos ao senhor Deputado André Ferreira relativamente à sua intervenção. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.12. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20

4.13. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento para satisfação de necessidades futuras, de ocupação de postos de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional, na Área Funcional de Ação Educativa, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado”. -----

25

Senhor Deputado André Ferreira (CDU) deixou algumas considerações que considerava importantes relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos e de acordo com a posição do Grupo Municipal da CDU, conforme documentos em anexo (Vide anexos nº7). -----

30

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Marina Mendes deu os devidos esclarecimentos ao senhor Deputado, dizendo que no que diz respeito ao Município fazer legalmente, já foi feito, e já foram definidos novos perfis. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13. -----

5 **Votação: Aprovado por Unanimidade.**

4.14. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Planeamento de Atividade e Gestão dos Recursos Humanos”.

10 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** colocou algumas considerações que considera importantes relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Marina Mendes deu breves esclarecimentos às questões do senhor Deputado sobre a matéria, referindo que o documento em si é explícito.

15 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse ter lido devidamente o documento, e que a sua questão se prende com os anos seguintes.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Marina Mendes disse que depois faria chegar os dados relativamente aos anos seguintes.

20 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14.**

Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE, 01 do IL e 01 do PAN) 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH).

25 **4.15. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Adesão do Município à Associação Portuguesa de Museologia”.**

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15.

30 **Votação: Aprovado Unanimidade.**

4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Deliberação de Designação do Fiscal Único e Suplente da STCP”.



5

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. -----

10

Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) 09 abstenções (05 do PSD, 02 da CDS, 01 do CH e 01 do IL). -----

4.17. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Fundo de Recuperação COVID 19 – Entidades Locais sem Fins Lucrativos”. -----

15

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.17. -----

Votação: Aprovado por unanimidade. -----

20

4.18. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Fundo de Recuperação COVID 19 – Juntas de Freguesia”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18. -----

Votação: Aprovado por unanimidade. -----

25

4.19. da Ordem de Trabalhos “Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município”. -----

30

Foi **Apreciada** a “Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município”. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 8). -----

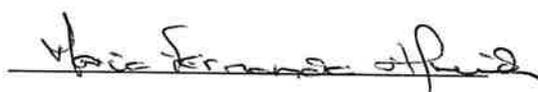
5

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa em exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

10

A Primeira Secretária, em exercício

15



(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

20



(Albino Pinto de Almeida)

25

Manuel A. Costa Cruz
Rechosa,399
4410-222 – CANELAS, VNG

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 19.05.22
Documento Nº 1

Sessão da Assembleia Municipal de 19 de maio de 2022
Senhor presidente da Mesa, estimado amigo dr. Albino Almeida e respetivos secretários,
Senhoras e senhores deputados municipais e senhoras e senhores presidentes das juntas de freguesia ou das suas uniões,
Senhora dra. Marina Mendes, presidente da Câmara em exercício, senhoras e senhores vereadores,
Funcionários desta Assembleia, membros da Polícia Municipal e representantes da Comunicação Social,
Caras e caros gaienses,

A todas e a todos os meus mais respeitosos cumprimentos e desejos de bem-estar e que a nova vaga desse maldito Covid 19 que está a grassar de novo, vos deixe em paz.

Durante a última sessão de 28 de abril, que segundo soube terminou já a meio da madrugada do dia 29, – *o que para mim não é novidade, pois quando tive assento como membro desta Assembleia também muitas delas se prolongavam para além do razoável e recomendável*, – no período de antes da Ordem do Dia, pelo Grupo de CDU foi apresentada uma Moção sobre os combustíveis para os Bombeiros que julgo englobar os Sapadores e os Voluntários.

Como esperava, não teve qualquer discussão e quando julgava a sua aprovação por unanimidade, estranhamente tal não se verificou.

E esta posição de não unanimidade perante um caso de perfeita justiça, feriu-me enquanto cidadão e sócio de uma das Corporações deste Município desde 1957 e seu presidente da sua Assembleia Geral desde 1980.

É que estas Associações encarnam no seu espírito e incutem nos seus membros os lemas da solidariedade, da fraternidade, do desprendimento e do amor ao próximo sem curar de saber quem ele é, se homem, mulher ou criança, qual a sua idade, raça ou credo político ou religioso.

E isto, neste mundo onde o materialismo impera e se impõe, por vezes, a raiar ou até a ultrapassar esses valores, estas Associações deveriam ser muito mais acarinhadas pela sociedade onde se inserem, e para além delas, dos detentores dos poderes, desde freguesias, municípios e do país.

Portugal, no seu todo, tem 11 Corpos de Sapadores Bombeiros e 475 Associações de Bombeiros Voluntários.

Ainda no passado dia 8, os Bombeiros Voluntários portugueses deram uma amostra do que são e valem, num desfile na avenida 25 de abril, na vizinha cidade do Porto, amostra esta representada por cerca de 1 400 bombeiros e cerca de 70 viaturas dos mais variados serviços.

E, ainda há dias, o governo aprovou novos subsídios para os bombeiros, o que para mim representa que algo, para melhor, está a ocorrer.

Este nosso município de Vila Nova de Gaia, é, creio, um dos maiores em termos de número de corporações de bombeiros, pois dispõe de 1 Corpo de Sapadores Bombeiros, fundado em 4 de maio de 1830 (fez há dias 192 anos), e de 6 Associações de Bombeiros Voluntários a saber:

Coimbrões, fundada em 20 de maio de 1906 (completa amanhã 116 anos), Carvalhos, fundada em 17 de abril de 1911 (fez há semanas 111 anos), Valadares, fundada em 6 de dezembro de 1914, Aguda, fundada em 29 de maio de 1925 (prestes a celebrar 97 anos), Avintes, fundada em 20 de agosto de 1931, e, por fim, Crestuma, fundada em 20 de fevereiro de 1995.

Alguém imagina quantos milhares de cidadãos deram e continuam a dar o seu melhor a esta causa, sem curarem de proventos materiais?

Diz a Moção da CDU que os Corpos de Bombeiros Voluntários Portugueses prestam, anualmente, mais de 1 milhão e meio de serviços.

Em minha opinião, e salvo o devido respeito, estes números são baixos, pois se apreciarem um exemplo, um só, o dos serviços prestados, horas de trabalho e quilómetros percorridos pela Associação de que faço parte, a dos Bombeiros Voluntários dos Carvalhos, relativos aos anos de 2019, 2020 e 2021, conforme mapas ~~abaixo~~ que passo a ler, chegarão facilmente a essa conclusão.

Basta esta amostra para se avaliar quanto representam como valores inalienáveis e indiscutíveis para a defesa e socorro de todos e cada um de nós, individual ou coletivamente, os nossos Bombeiros.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DOS CARVALHOSEstatísticas de serviços
efetuados

1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019

Ano normal

Descrição	Tot.Serviç	Pess.transpo	Saídas viatu	Tot.Bomb.	Tot.horas	Total kms
Riscos habitac. Incênd.	295	250	475	1 271	443	7 456
Rurais- Incêndios	213	1	239	849	445	4 427
Assist. em saúde	11 761	23 079	12 062	22 268	27 983	555 846
Serv. Interno	139	104	145	172	833	15 559
Outras operações	548	1	631	1 146	1 826	31 598
TOTAIS	12956	23435	13552	25 706	31530	614 886

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Pandemia

Descrição	Tot.Serviç	Pess.transpo	Saídas viatu	Tot.Bombe	Tot.horas	Total kms
Riscos habitac.Incênd.	216	181	362	970	363	6 179
Rurais-Incêndios	147	1	165	689	515	5 716
Assist. em saúde	6 851	15 347	6 992	12 426	17 508	334 318
Serviço interno	57	40	59	71	338	4 993
Outras operações	501	4	536	948	1 305	26 310
TOTAIS	7772	15573	8114	15104	20029	377 516

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021

Pandemia

Descrição	Tot. Serviç	Pess.transp	Saídas viatu	Tot.Bombe	Tot. horas	Total kms
Riscos habitac.Incênd.	249				359	6 276
Rurais-Incêndios	155				207	2 798
Assist. em saúde	7 817				20 141	388 765
Serviço interno	16				86	1 073
Outras operações	1 043				1 887	27 547
TOTAIS	9280				22 680	426 459

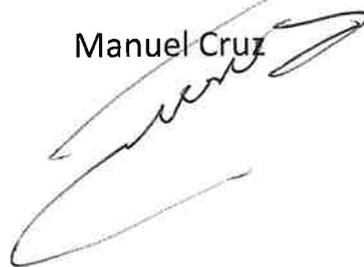
Felizmente, Vila Nova de Gaia, enquanto Município tem sabido acompanhar e apoiar estas Associações, que, pelo que sei, com mais ou menos dificuldades, são geridas com conhecimentos, rigor, sacrifício e seriedade.

Fica este meu desabafo e também o convite para as senhoras ou senhores deputados visitarem os nossos Bombeiros, e, certamente, ficarão agradavelmente surpreendidos.

Desculpe-me, senhor presidente da Mesa este desabafo.

Agradeço a sua amabilidade quanto ao tempo usado nesta minha intervenção, mas creio que a cousa e a causa bem o mereceram.

Manuel Cruz

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manuel Cruz', written over the printed name. The signature is stylized and cursive.

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De: 19/05/2022 de

Documento Nº 111/22



VOTO DE LOUVOR

Basket Club de Gaia / BCR – Campeão Nacional 2021/22

O Basket Clube de Gaia (BCG), associação gaiense criada no ano de 2011, conquistou o seu mais importante título no passado dia 14 de maio, no Pavilhão Dr. Manuel Ramos em Grijó.

Esta Associação, tem como grande objetivo a democratização da prática do Basquetebol, praticando diariamente valores como a igualdade do género, o da inclusão e o da diversidade.

O Basket Clube de Gaia, associação que se dedica exclusivamente à prática de Basquetebol, nas suas várias vertentes e em ambos os sexos, tem neste momento cerca de 140 atletas nos vários escalões entre masculinos, femininos e no basquetebol em cadeira de rodas.

Foi nesta última variante que o clube se sagrou campeão nacional, no sábado passado, destronando o heptacampeão APD Braga um digno vencido.

O trabalho e dedicação, em primeiro lugar, dos atletas que compõem a referida equipa, dos técnicos e do seu corpo diretivo, tem na época de 2021/22 o seu ponto mais alto, depois, de na primeira época, 2020/21, no escalão máximo da modalidade ter alcançado o 2º lugar da referida competição.

Nesta variante o BCG tem neste momento três internacionais pela principal equipa de Portugal e ainda mais dois na seleção de SUB – 23.

Nestes termos,

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal, propõe um voto de louvor ao Basket Clube de Gaia e á sua equipa de Basquetebol em cadeira de rodas pela recente conquista do Campeonato Nacional de 2021/2022.

Vila Nova de Gaia 19 de maio 2022

Pelos Deputados Municipais do PSD V. N. Gaia

VOTO DE LOUVOR

Basket Club de Gaia / BCR – Campeão Nacional 2021/22

O Basket Clube de Gaia (BCG), associação gaiense criada no ano de 2011, conquistou o seu mais importante título no passado dia 14 de maio, no Pavilhão Dr. Manuel Ramos em Grijó.

Esta Associação, tem como grande objetivo a democratização da prática do Basquetebol, praticando diariamente valores como a igualdade do género, o da inclusão e o da diversidade.

O Basket Clube de Gaia, associação que se dedica exclusivamente à prática de Basquetebol, nas suas várias vertentes e em ambos os sexos, tem neste momento cerca de 140 atletas nos vários escalões entre masculinos, femininos e no basquetebol em cadeira de rodas.

Foi nesta última variante que o clube se sagrou campeão nacional, no sábado passado, destronando o heptacampeão APD Braga um digno vencido.

O trabalho e dedicação, em primeiro lugar, dos atletas que compõem a referida equipa, dos técnicos e do seu corpo diretivo, tem na época de 2021/22 o seu ponto mais alto, depois, de na primeira época, 2020/21, no escalão máximo da modalidade ter alcançado o 2º lugar da referida competição. Nesta variante o BCG tem neste momento três internacionais pela principal equipa de Portugal e ainda mais dois na seleção de SUB – 23.

Nestes termos,

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal, propõe um voto de louvor ao Basket Clube de Gaia e á sua equipa de Basquetebol em cadeira de rodas pela recente conquista do Campeonato Nacional de 2021/2022.

Vila Nova de Gaia 19 de maio 2022

Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

19 de Maio 2022

VOTO DE PESAR PELA MORTE DE SHIREEN ABU AKLEH

Shireen Abu Akleh nasceu em Jerusalém e formou-se em jornalismo pela Universidade de Yarmouk, na Jordânia. Concluído o curso, voltou à Palestina onde trabalhou em vários meios de comunicação social locais. Jornalista da cadeia de televisão Al-Jazeera desde 1997 foi morta a tiro, dia 11 de maio, enquanto cobria um raide israelita à cidade de Jenin, na Cisjordânia ocupada. Foi baleada na cabeça, apesar de envergarem um colete à prova de bala com a inscrição 'Press'.

Ali Sammoudi também foi baleado nas costas, encontrando-se fora de perigo. Conta que no momento em que as forças israelitas abriram fogo tudo estava calmo, não existindo nenhum tipo de confronto; apenas um grupo de jornalistas perfeitamente identificados estava reunido junto a uma escola do campo de refugiados de Jenin e se preparava para seguir e relatar a investida israelita.

Também Shatha Hanaysha, jornalista no local, relatou o episódio à Al-Jazeera, referindo que snipers do exército israelita dispararam deliberadamente sobre o grupo de jornalistas.

Shireen Abu Akleh disse em tempos que tinha escolhido o jornalismo para estar perto das pessoas, que mudar a realidade podia não ser fácil, mas pelo menos podia dar-lhes voz no mundo. Foi isso que fez durante toda a sua vida.

Agora é preciso que a sua morte não seja silenciada nem signifique um silenciamento dos oprimidos e que este ataque à liberdade de imprensa seja firmemente condenado

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 19 de Maio de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

Setembro, expressa o seu pesar pela morte de Shireen Abu Akleh durante o raide israelita à cidade de Jenin, na Cisjordânia ocupada.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,



João Martins

Beatriz Vieira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Propostas:

Ponto 4.3 – Eleição dos 2 (dois) Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais – CMGIFR.

Proposta: **Arménio Costa** (Junta de Freguesia de Canelas) e **César Rodrigues** (União das Freguesias de Grijó e Sermonde)

Ponto 4.4 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil – CMPC.

Proposta: **Filipe Lopes** (União das Freguesias de Pedroso e Seixezelo)

Vila Nova de Gaia, 18 de maio de 2022

P' Grupo Parlamentar dos Presidentes de Junta



(Filipe Silva Lopes)



SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 19/05/2022
Documento Nº 5

A NEVATI



SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
VILA NOVA DE GAIA DE 19 DE MAIO DE 2022
DECLARAÇÃO DE SENTIDO DE VOTO DO GRUPO MUNICIPAL PESSOAS-ANIMAIS-
NATUREZA (PAN)

PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS N.º 4.5

Discussão e Aprovação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (versão atualizada)

Relativamente ao assunto proposto a discussão, relembramos que em 20 de maio de 2021, aquando da discussão e votação da proposta da Câmara Municipal quanto ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, o PAN entendeu que havia uma total ausência de vontade e/ou preocupação em relação à salvaguarda e proteção do bem-estar animal.

Desta vez, verificamos que no presente Plano agora discutido e votado, já é feita uma menção discreta:

- à inclusão da “salvaguarda de pessoas e demais seres vivos” no âmbito do “Socorro e Salvamento” (p. 202),
- à definição (no glossário) de acidente grave extensiva a “outros seres vivos” (p. 213),
- à inclusão do “Veterinário Municipal” nas “Entidades Intervenientes” (p. 202),
- à coordenação de “toda a atividade veterinária” nas “Prioridades de Ação” e nos “Procedimentos Gerais” (p. 203),
- à responsabilidade e missão dos Bombeiros municipais de “proceder a operações de demolição, desobstrução e/ou remoção de escombros com vista a criar acessos para efetuar busca ou resgate de pessoas ou animais aprisionados” (p. 119)



- à inclusão de “Associações de Apoio a Animais” em “Outras Entidades com dever de cooperação” (p. 127),
- à responsabilidade e missão das “Associações de Apoio a Animais” (a saber, “Fase de emergência: Disponibilizar os seus equipamentos e instalações e apoiar com meios humanos e materiais na salvaguarda da vida animal; Fase de reabilitação: Colaborar com os seus equipamentos na recolha e salvaguarda da vida animal) (p. 133),
- e à consideração de “Animais Isolados” no “Relatório Imediato de Situação (RELIS) / Ponto de Situação da Emergência” e no “Relatório de Situação / Ponto de Situação da Emergência” (p. 542 e 546).

No entanto, tendo em conta que Vila Nova de Gaia se apresenta ao mundo como um concelho “amigo dos animais”, continua a não estar prevista a criação de uma unidade multidisciplinar especificamente para salvamento e resgate animal onde estejam incluídos médicos veterinários municipais. Também não está garantida a inclusão dos animais das pessoas em situação de sem-abrigo por forma a permitir o seu acesso aos espaços existentes, sejam de acolhimento temporário ou casas-abrigo. Em suma, não há neste Plano um corpo sistemático de medidas integradas, específicas e eficientes, ao nível da proteção animal.

Face ao exposto, apesar de verificarmos alguns passos tímidos em nome da salvaguarda e proteção do bem-estar animal, ainda esta é meramente residual, avulsa, subsidiária e muito condicionada pelo resgate e salvação de humanos. Por isso, o nosso voto é contra.



Vila Nova de Gaia, 19 de maio de 2022.

O Grupo Municipal
do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Ilda Sereno Assunção
(Deputada Municipal)

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460

**CDU****Coligação Democrática Unitária PCP-PEV**

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De: 15/12/22

Documento Nº 8



Assembleia Municipal

4.12 - AEC

Votamos a favor porque se trata de uma contratação. Contudo, expressamos uma vez mais a nossa preocupação sobre as AECs, já o fizemos aqui e também noutros momentos, naquilo que diz respeito, em primeiro lugar, à matéria da precariedade ao facto de que para uma necessidade permanente, o vínculo também deva ser permanente. A bem da verdade, o Governo, neste já 12 ou 15 anos, nunca apresentou medidas de combate sérias à precariedade destes trabalhadores.

Recebemos muitos relatos, ao longo dos anos, de trabalhadores que deixam de trabalhar em junho e em setembro são contratados de novo relatos que nos expressam preocupações acerca da precariedade desses trabalhadores que não poderíamos deixar de o dizer, quer nas suas carreiras, quer na estabilidade laboral.

Por outro lado, a CDU também há muito que rejeita o conceito da escola a tempo inteiro. Ela nasce também por resposta aos vínculos laborais instáveis e gravosos dos pais, que infelizmente só se parece agudizar com o tempo, graças à promoção da suposta flexibilização, designadamente no capítulo dos horários de trabalho. Obviamente que esta questão não pode ser discutida sem ter isto em conta: designadamente daqueles que, disfarçam com cores e marketing, que nos mentem ao dizer que vendem progresso, quando na verdade, pugnam por um processo de retrocesso de direitos e conquistas dos trabalhadores de há pelo menos um século.





CDU

Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Assembleia Municipal

Mas este modelo da escola a tempo inteiro, que mantém as crianças na sala de aula demasiadas horas, reforça-as até às vezes de avaliações, e de carga curricular e este princípio não é combatido e entendemos que deveria ser.

Entendemos que porventura se deva seguir um pouco do que melhor se faz por esta Europa fora. Neste sentido, a criação de um verdadeiro programa de ocupação de tempos livres, onde as actividades culturais e desportivas estejam presentes, obrigatoriamente fora das instalações escolares é um direito das crianças e das famílias. É necessário tornar claro o que é o papel da escola, o que é tempo lectivo e o que é tempo livre fora da escola, na aldeia, no bairro, em contacto com as outras gerações.

O que não acontece, sobretudo para aqueles que não têm condições financeiras de levar os meninos e as meninas ao Ballet, ou os meninos ou as meninas ao futebol. Não é um sonho, nem matéria de exigir o impossível, trata-se apenas de pugnar pelos direitos sobretudo das crianças, mas também dos seus pais.

De qualquer dos modos, votamos a favor.

Pel'A CDU,

(André Araújo)



**CDU****Coligação Democrática Unitária PCP-PEV**

Assembleia Municipal

4.13 - Contratação Acção Educativa (AO)

Sobre os Assistentes Operacionais das escolas, entendemos a necessidade da resposta ágil que tem de ser dada a situações que os diretores de escola são e estão a enfrentar, e a resposta rápida necessita de instrumentos como este que aqui votamos. Não desligamos essa questão, por exemplo das baixas e licenças, dos vínculos e salários dos trabalhadores, naturalmente. mas o que é certo é que a resposta tem de ser dada, sobretudo para garantir que não é prejudicada o funcionamento da escola e por isso acompanhamos este documento.

Perguntamos apenas que, graças ao processo da transferência de competências, uma vez que isto caiu no colo da CM, como aliás fica expresso no mapa de pessoal, na questão também do envelhecimento do pessoal (até 2026, 523 trabalhadores com mais de 65 anos), que medidas de fundo pensa a CM tomar a longo prazo, tendo em conta as suas novas responsabilidades e este desafio de dar resposta a esta situação com que se vê, quase de um momento para o outro, confrontada.

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De: 19/5/22

Documento Nº 7

Pe'la CDU,

(André Araújo)



Suzana Sousa [Assembleia Municipal]

De: André Araújo <aj.araujoferreira@gmail.com>
Enviado: 21 de julho de 2022 13:41
Para: Núcleo de Apoio Assembleia Municipal
Cc: Albino Almeida [Presidente Assembleia Municipal]
Assunto: Acta N°11
Anexos: 2022.05.19 - 4.13 Contratação Ação Educativa (AO).pdf; 2022.05.19 - 4.12 AEC.pdf

AVISO: Este email tem origem num remetente externo. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Boa tarde,

Na leitura das actas, notei que na acta n°11 de 19-05 consta o seguinte:

"Senhor Deputado André Ferreira (CDU) deixou algumas considerações que considera importantes relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos e de acordo com a posição do Grupo Municipal da CDU quanto a esta matéria, disse entregar o documento depois, mas ainda não o fez. conforme documentos em anexo (Vide anexos no????)."

Não estando na minha memória ter dito entregar o documento posteriormente, naturalmente que será um lapso da minha parte que corrijo neste email, ao seguirem em anexo as intervenções da referida sessão. Até porque, naturalmente, ficaria bastante mal (a mim e à CDU), ver na acta lavrado que fazemos promessas que não cumprimos. Deixo o pedido para que, quando esta situação se repetir, comunicar-me directamente, uma vez que, por algum motivo, poderei não agir em tempo útil.

Grato pela disponibilidade.

Com os melhores cumprimentos,

André Araújo

André Araújo
+351 935 284 901



MINUTA DE ATA Nº 11

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 19.05.22
Documento Nº 8

Reunião Ordinária de 19.05.2022

5 Ao décimo nono dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: -----

1. Foram a votação as seguintes Atas: -----

10 a) Foi a Ata nº 04 de 21 de dezembro de 2021, **Aprovada por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. -----

b) Foi a Ata nº 05 de 13 de janeiro de 2022, **Aprovada por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. -----

c) Foi a Ata nº 06 de 03 de fevereiro de 2022, **Aprovada por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. -----

15 d) Foi a Ata nº 07 de 17 de fevereiro de 2022, **Aprovada por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. -----

e) Foi a Ata nº 08 de 28 de março de 2022, **Aprovada por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. -----

20 f) Foi a Ata nº 09 de 07 de abril de 2022, **Aprovada por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. -----

2. Foi um, **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, “Basket Club de Gaia / BCR – Campeão Nacional 2021/2022”, **Aprovado por Unanimidade**. -----

25 3. Foi um, **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “pela morte de Shireen Abu Akleh”, **Aprovado por Maioria**, com 44 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN), 01 votos contra do CH e 03 abstenções (02 da CDS e 01 do IL) -----

30

4. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

- 5 a) Foi o ponto 4.3. da Ordem de Trabalhos “Eleição dos 2 (dois) Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - CMGIFR”, presente 01 Lista, denominada A, tendo obtido 38 votos a favor, 02 votos contra e 08 votos brancos. Foram, pois, eleitos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Canelas, Arménio José Pereira da Costa e o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Grijó e Sermonde, Joaquim César Ramos Rodrigues, pertencentes à Lista A.
- 10 b) Foi o ponto 4.4. da Ordem de Trabalhos “Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil - CMCP”, presente 01 Lista, denominada A, tendo obtido 38 votos a favor, 01 votos contra e 09 votos brancos. Foi, pois, eleito o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, Filipe da Silva Lopes, pertencentes à Lista A. -----
- 15 c) Foi o ponto 4.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Aprovação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (versão atualizada)”, **Aprovado por Maioria**, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE, 01 do CH e 01 do IL) e 01 voto contra do PAN. -
- 20 d) Foi o ponto 4.6. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Pedido de Segunda Prorrogação do Prazo por 28 dias da Reabilitação Energética do Empreendimento D. Armindo Lopes Coelho – Lote 2 (Blocos 6 a 11)”, **Aprovado por Unanimidade**. -----
- 25 e) Foi o ponto 4.7. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Constituição do Direito de Superfície, Gratuita, a favor do Município, pelo Prazo de 50 anos, Renovável, por vontade das partes, por iguais períodos, do Prédio Urbano composto por terreno destinado a construção, com a área de 1.265,31 m², sito na Avenida João Paulo II, Arcozelo, Propriedade da Junta de Freguesia de Arcozelo, descrito na 1^a Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o número 6175, inscrito na matriz sob o artigo U 6346, com o valor atribuído de € 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil euros) e o valor atribuído ao Direito de Superfície, constituído por 50
- 30

anos de € 126.400,00 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos euros), para nele ser construído um Auditório”, **Aprovado por Unanimidade.** -----

5 f) **Foi o ponto 4.8. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Constituição do Direito de Superfície, Gratuita, a favor do Município, pelo Prazo de 50 anos, renovável, por vontade das partes, por iguais períodos, dos seguintes Prédios Urbanos Propriedade da Junta de Freguesia de Arcozelo: -----

10 • Prédio Urbano – composto por terreno destinado a construção, com a área de 4.590,58 m², sito na Rua Bairro Maria Adelaide, Arcozelo, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 6600, inscrito na matriz sob os artigos U 6828 e U 6829, com o valor atribuído de € 291.043,00 (duzentos e noventa e um mil e quarenta e três euros) e o valor atribuído ao Direito de Superfície, constituído por 50 anos de € 232.834,00 (duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro euros), para nele ser implantado a Sede da Junta de Freguesia de Arcozelo.

15 • Prédio Urbano – composto por terreno destinado a construção, com a área de 2.867,00 m², sito na Rua Bairro Maria Adelaide, Arcozelo, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 6610, inscrito na matriz sob o artigo U 6863, com o valor atribuído de € 181.767,00 (cento e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e sete euros) e o valor atribuído ao Direito de Superfície, constituído por 50 anos de € 145.414,00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e catorze euros), para nele ser construído o Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR)”, **Aprovado por Unanimidade.** -----

25 g) **Foi o ponto 4.9. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município das seguintes parcelas de terreno: -----

30 • Parcela A – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 17,94 m², a confrontar do Norte com o Lote 25 do alvará 2/89, do Sul com a parcela C, do nascente com a parcela B e do poente com a Rua Nova do Fontão; -----

• Parcela B - sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 8,55 m², a confrontar do Norte com o Lote 24 do alvará 2/89, do Sul e nascente com a parcela C, e do poente com a parcela A; -----

- Parcela C - sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 53,39 m², a confrontar do Norte com o Lote 23 do alvará 2/89 e parcelas A e B, do Sul com Lote 41 do nascente com a parcela D, e do poente com a Rua Nova do Fontão; -----
- 5 Parcela D – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 221,84 m², a confrontar do Norte com os Lotes 20, 21, 22 e 23 do alvará 2/89, do Sul com o Lote 35 e parcela H, do nascente com o Lote 35 e parcela E, e do poente com a parcela C e os Lotes 38, 39 e 40 do alvará 2/89; -----
- 10 Parcela E – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 23,86 m², a confrontar do Norte com os Lotes 19 e 20 do alvará 2/89, do Sul com o Lote 34, do nascente com a parcela F, e do poente com a parcela D; -----
- Parcela F – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 47,14 m², a confrontar do Norte com os Lotes 18 e 19 do alvará 2/89, do Sul com o Lote 33, do nascente com a parcela G, e do poente com a parcela E; -----
- 15 Parcela G – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 29,13 m², a confrontar do Norte com o Lote 18 do alvará 2/89, do Sul com o Lote 32, do nascente com terreno particular e do poente com a parcela F; -----
- Parcela H – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 10,50 m², a confrontar do Norte com a parcela D, do Sul com a parcela I, do nascente com o Lote 35 e do poente com o Lote 37 do alvará 2/89; -----
- 20 Parcela I – sita na Rua Nova do Fontão, com a área de 14,88 m², a confrontar do Norte com a parcela H, do Sul com a Travessa Nova do Fontão, do nascente com o Lote 35 do alvará 2/89 e do poente com o Lote 36 do alvará 2/89; -----

As referidas parcelas de terreno são a desanexar da área cedida ao Domínio Público no âmbito do alvará 2/89 de 4 de janeiro com destino a caminho de peões e são parte do descrito na 1ª C.R.P. sob o nº358 da freguesia de Canidelo, sendo omissas à matriz predial por pertencerem ao Domínio Público e destinam-se a acerto de extremas, **Aprovado por Unanimidade.** -----

30 **h) Foi o ponto 4.10. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município das Parcelas de terreno a seguir identificadas: -----

- Parcela A, sita no ângulo da Avenida Gago Coutinho e Rua das Moutadas, Freguesia de Gulpilhares, com a área de 85,00 m²; -----

Henriques
7

- Parcela C, sita na Rua das Moutadas, Freguesia de Gulpilhares, com a área de 15,00 m², **Aprovado por Unanimidade.** -----

- 5
- i) Foi o ponto 4.11. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Cedência a Título Definitivo e Gracioso, ao “PRORURIS – PARQUE BIOLÓGICO DE VINHAIS”, quatro exemplares da Espécie Perdiz Charrela – PERDIX PERDIX”, **Aprovado por Unanimidade.** -----
- 10
- j) Foi o ponto 4.12. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Procedimento Concursal para Constituição de Reservas de Recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a Termo Resolutivo Certo/Incerto, a tempo integral ou parcial, de Técnicos especialmente habilitados no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Atividades Sócio Culturais e Atividades Técnicas e Especializadas para o ano letivo 2022/2023”, **Aprovado por Unanimidade.** -----
- 15
- k) Foi o ponto 4.13. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento para satisfação de necessidades futuras, de ocupação de postos de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional, na Área Funcional de Ação Educativa, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado”, **Aprovado por Unanimidade.** -----
- 20
- l) Foi o ponto 4.14. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Planeamento de Atividade e Gestão dos Recursos Humanos”, **Aprovado por Maioria**, com 42 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS, 02 da CDU, 02 do BE, 01 do IL e 01 do PAN) 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH). -----
- 25
- m) Foi o ponto 4.15. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Adesão do Município à Associação Portuguesa de Museologia”, **Aprovado por Unanimidade.** -----
- 30
- n) Foi o ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Deliberação de Designação do Fiscal Único e Suplente da STCP”, **Aprovado por Maioria**, com 39 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) 09 abstenções (05 do PSD, 02 da CDS, 01 do CH e 01 do IL). -----

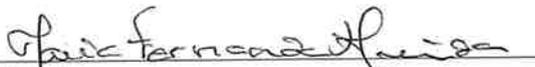
- o) Foi o ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Fundo de Recuperação COVID 19 – Entidades Locais sem Fins Lucrativos”, **Aprovado por Unanimidade.** -----
- 5 p) Foi o ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Fundo de Recuperação COVID 19 – Juntas de Freguesia”, **Aprovado por Unanimidade.** -----
- q) Foi **Apreciada** a “Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município”, **referente ao Ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos.**

10

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 22 horas e 45 minutos do dia 19 de maio de 2022, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e
15 assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade.** -----

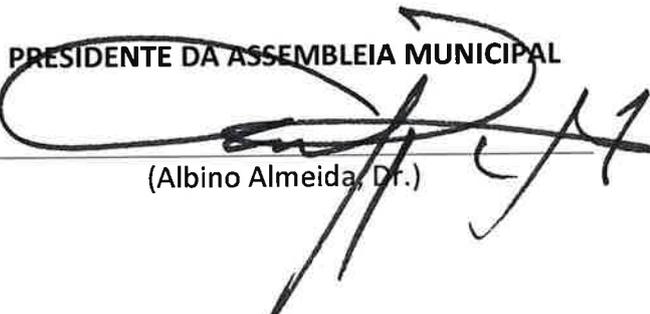
20

PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO


(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

25

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


(Albino Almeida, Dr.)